

17/06/2024

GAZETA DE ALAGOAS
SUMMIT MOBILIDADE
PRINCIPAIS DESAFIOS DE
MACEIÓ E REGIÃO
METROPOLITANA

RITZ LAGOA DA ANTA |
MACEIÓ, ALAGOAS



Tarifa Zero, de sonho à realidade nacional

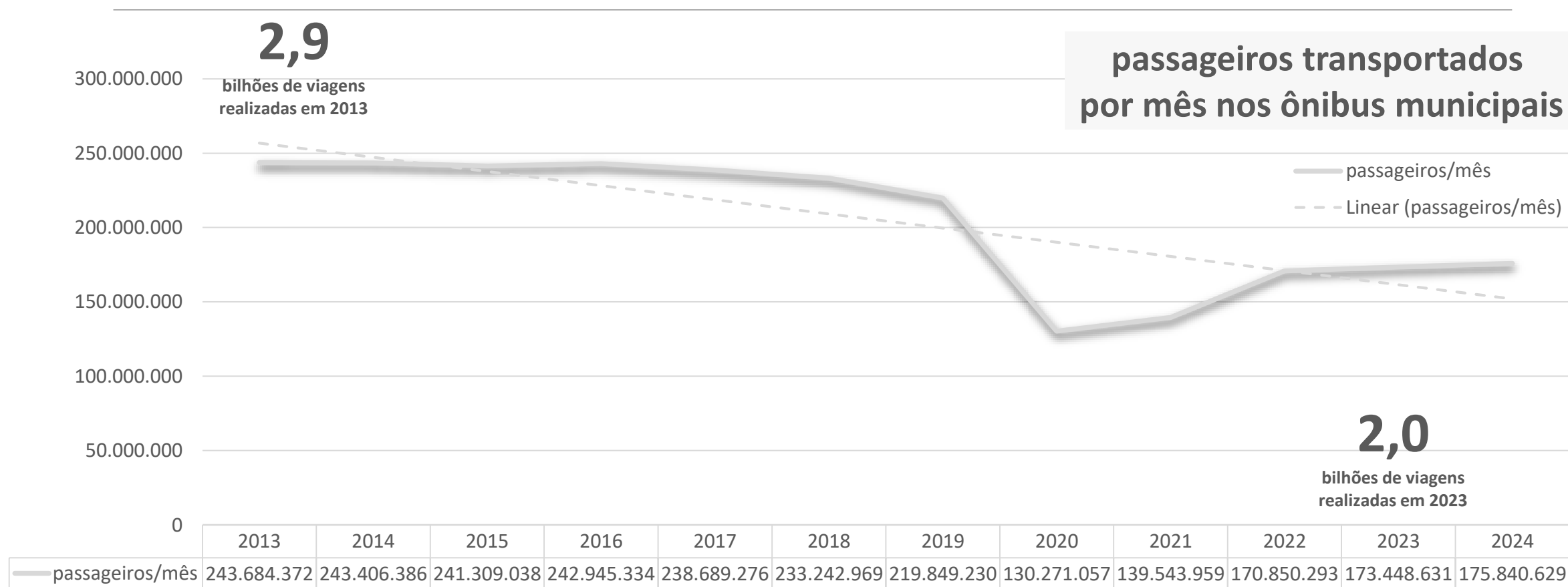
Daniel Santini

Fundação Rosa Luxemburgo

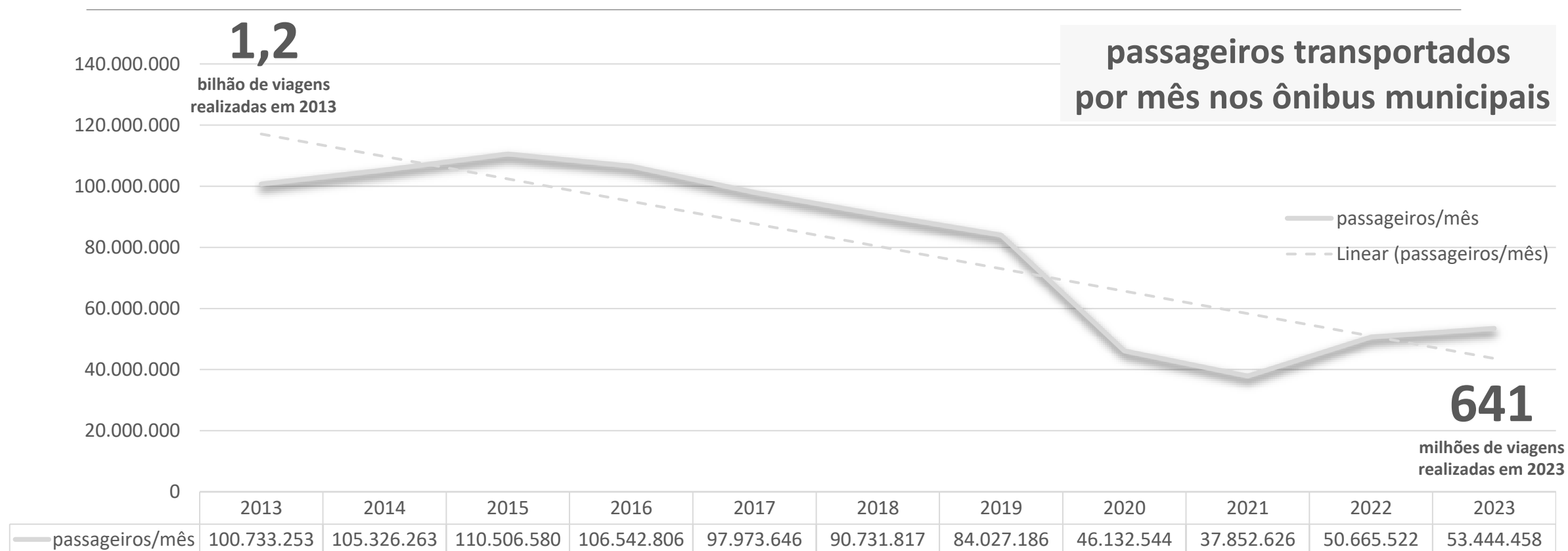
Mestre e doutorando na FAU-USP

Contexto nacional: transporte público em crise

São Paulo

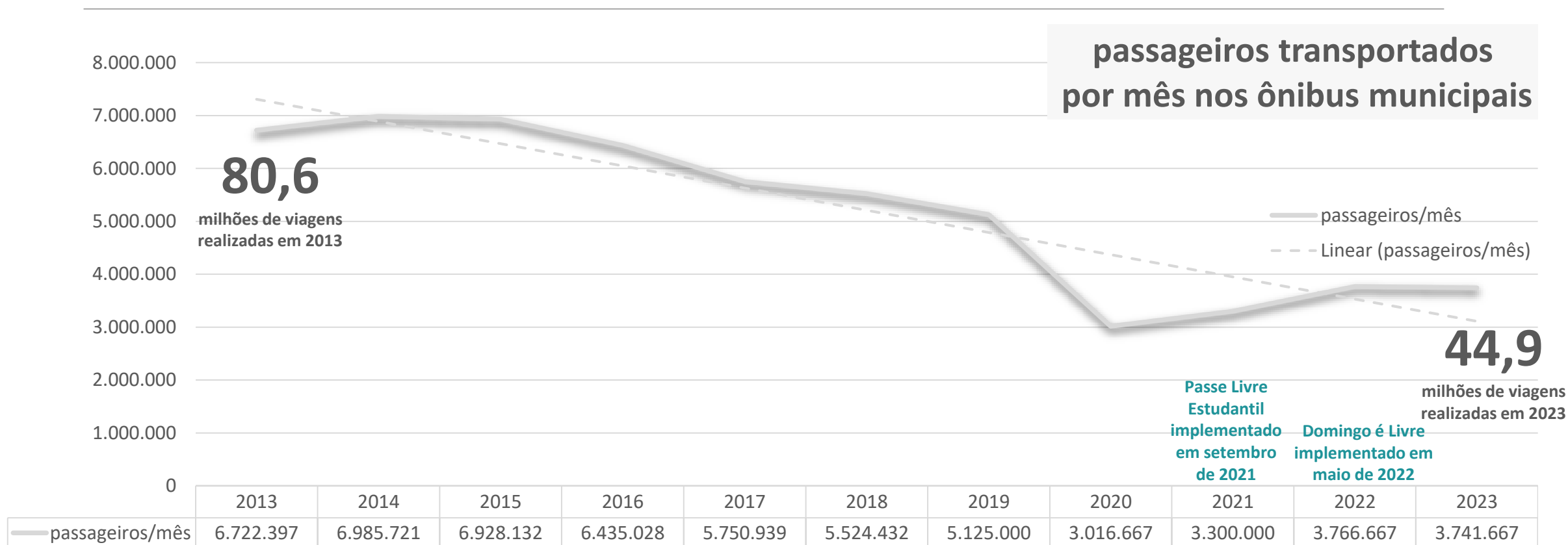


Rio de Janeiro



Maceió

passageiros transportados por mês nos ônibus municipais



Fonte: Análise da demanda pelo transporte coletivo por ônibus de Maceió, de Marcelo Santos Lins

<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7665/1/An%C3%A1lise%20da%20demanda%20pelo%20transporte%20coletivo%20por%20%C3%B4nibus%20de%20Macei%C3%B3.pdf> e

<https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/732584/empresas-de-onibus-de-maceio-perdem-3104-mil-passageiros-em-um-ano>

motorização crescente

1998



24
milhões de veículos



17
milhões de
carros



um carro para cada
dez habitantes

2,5
milhões de
motos



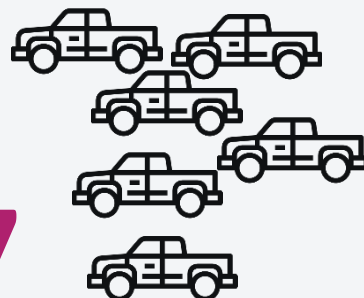
Uma moto para cada sessenta e seis habitantes



2023



117
milhões de veículos



61
milhões de
carros



um carro para cada
três habitantes

26,3
milhões de
motos



Uma moto para cada oito habitantes



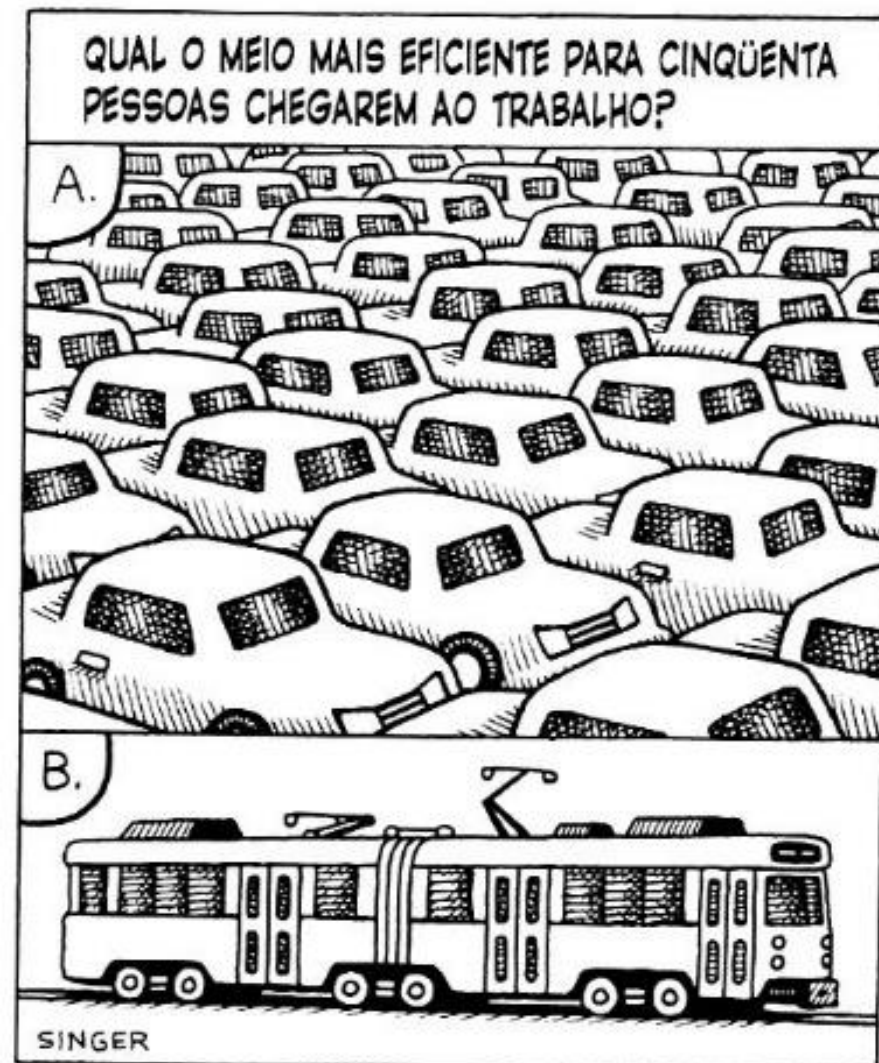
dimensão ambiental



crise é nacional

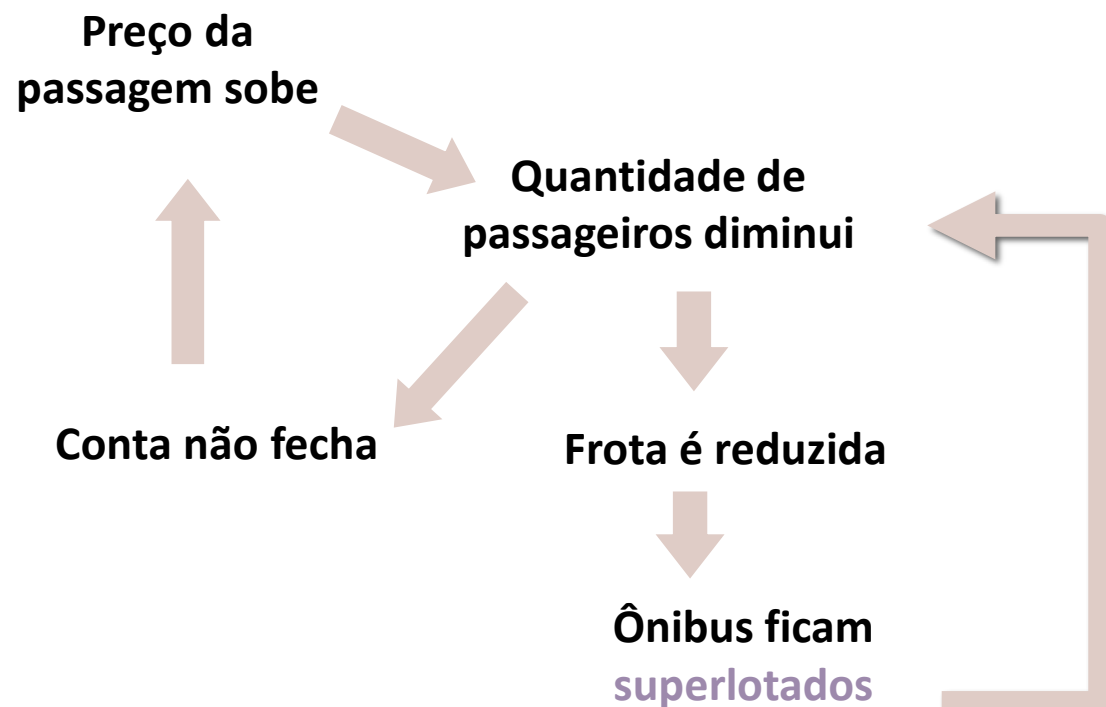
Forma de financiamento já não se sustenta:

- Na maior parte das cidades brasileiras, o **modelo é custeado pelos passageiros**. É a receita das catracas que garante o funcionamento das linhas. Subsídios são raros;
- No cálculo da operação, a **remuneração das empresas é determinada com base na quantidade de passageiros transportados** e não no custo real de operação;
- A **Covid-19 fez a demanda cair ainda mais** e agravou o desequilíbrio, afundando o setor;
- Mobilidade urbana sem transporte público coletivo **é inviável**



falência do modelo baseado na catraca

superlotação não é acaso
remuneração por passageiro agrava situação. Linhas superlotadas são as mais rentáveis e “eficientes”



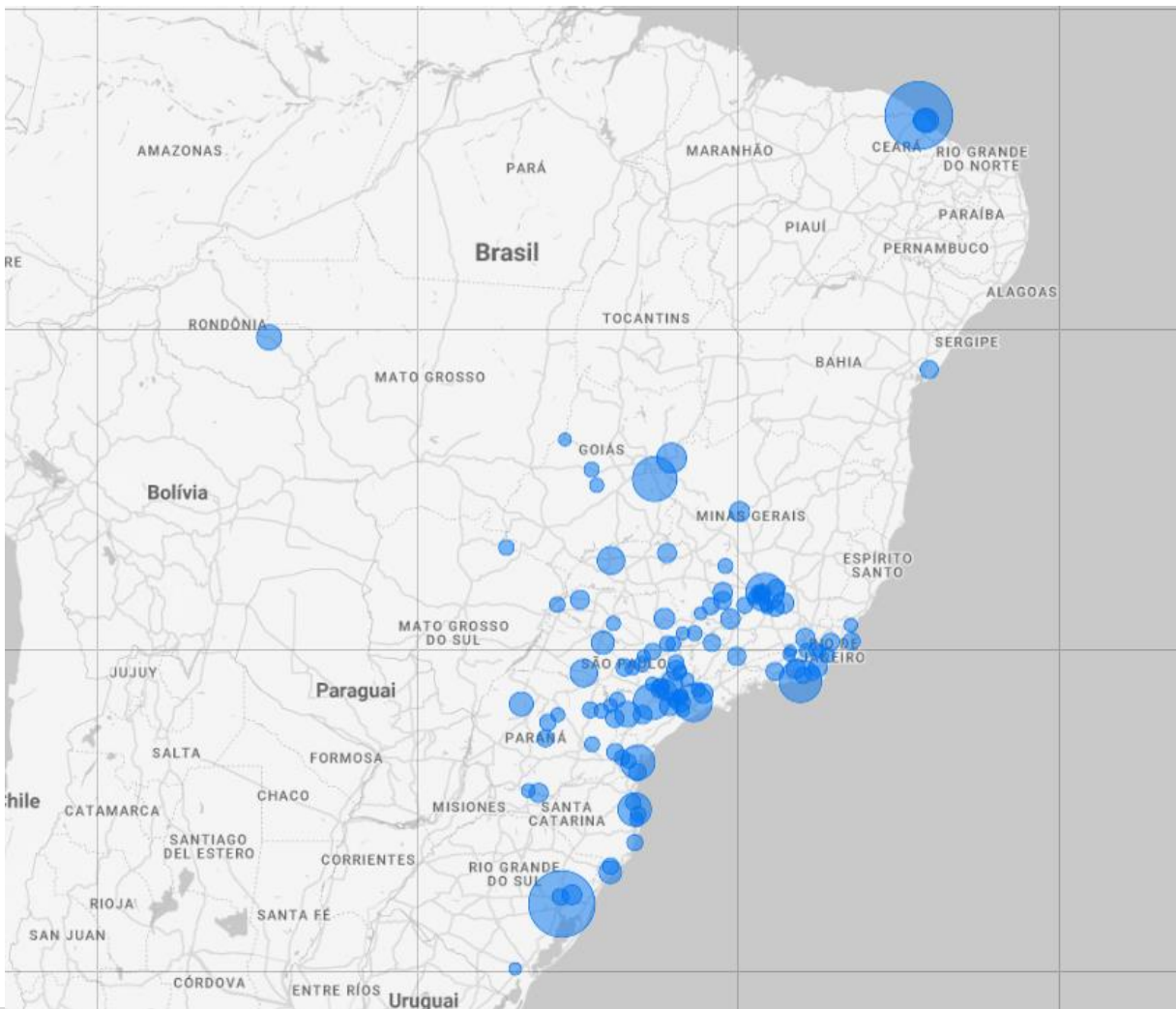
O sucesso da Tarifa Zero no Brasil

realidade nacional

114 cidades com Tarifa Zero universal identificadas

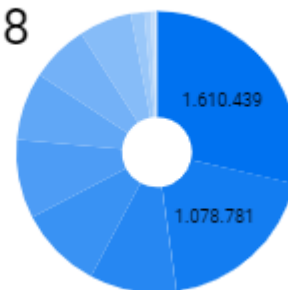
Tendência de aceleração, com cada vez mais cidades. Em 2023, foram 37 novas adesões, maior número já registrado. Em janeiro de 2024, foram cinco adesões

Tendência de cidades cada vez mais populosas adotarem. Hoje são doze com mais de 100 mil habitantes



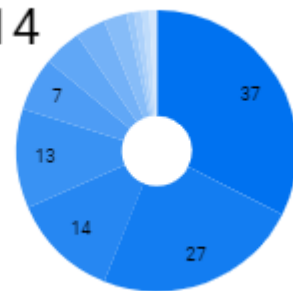
População (Censo 2022)

5.627.618



Número de cidades

114



	Cidades com Tarifa Zero universal no Brasil	Estado	População (Censo 2022)
1.	Caucaia	CE	355.679
2.	Canoas	RS	347.657
3.	Luziânia	GO	209.129
4.	Maricá	RJ	197.300
5.	Ibirité	MG	170.387
6.	São Caetano do Sul	SP	165.655
7.	Itapetininga	SP	157.790
8.	Paranaguá	PR	145.829
9.	Balneário Camboriú	SC	139.155
10.	Formosa	GO	115.669
11.	Ituiutaba	MG	102.217
12.	Assis	SP	101.409

primeira experiência identificada



Conchas (SP), 1992

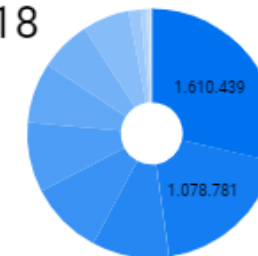
18.138 habitantes: cidade a 176 km de SP, que adotou a política durante a gestão do prefeito Paulo Nunes de Almeida, um dos primeiros eleitos pelo PT na redemocratização

Identificada em 2023: pelo economista e pesquisador André Veloso em arquivos da *Revista Technibus*, durante pesquisa de doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

evolução acelerada

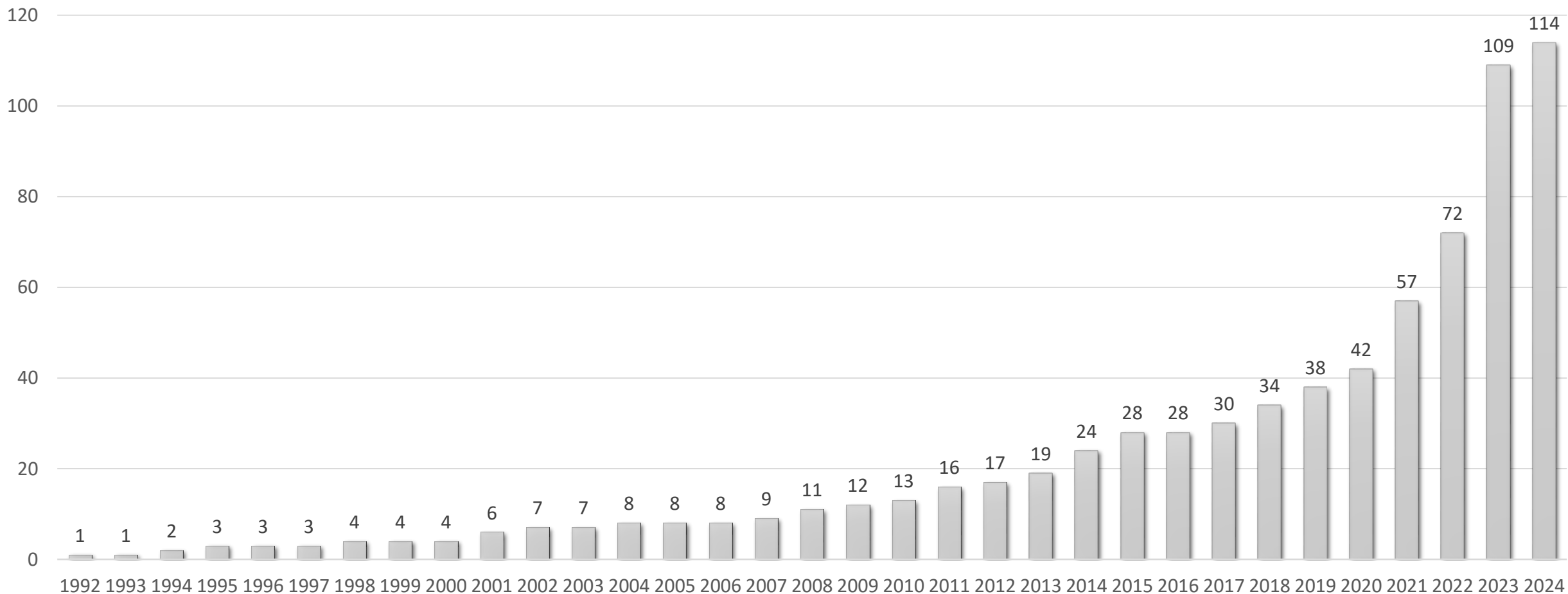
População (Censo 2022)

5.627.618



- SP
- MG
- PR
- RJ
- CE
- RS
- GO
- SC
- RO
- BA

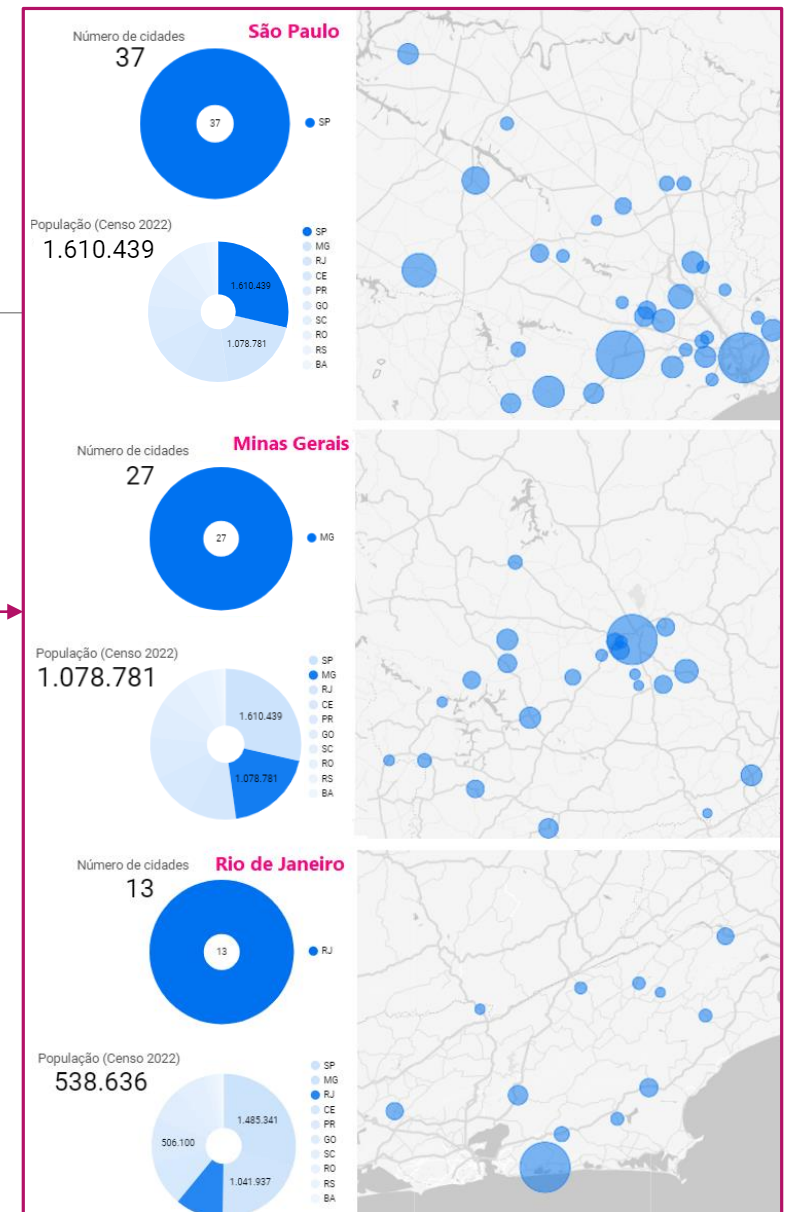
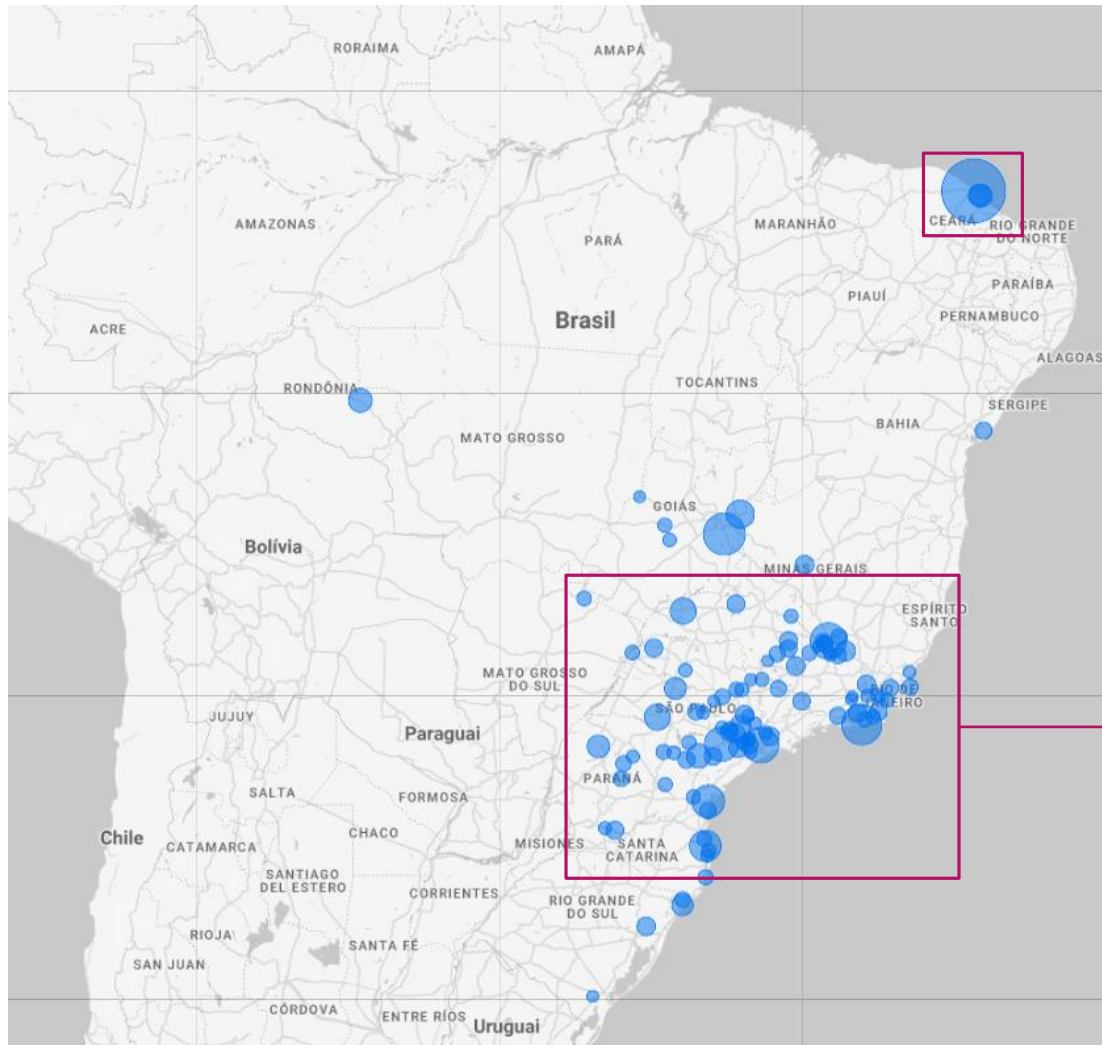
Cidades com Tarifa zero vigente



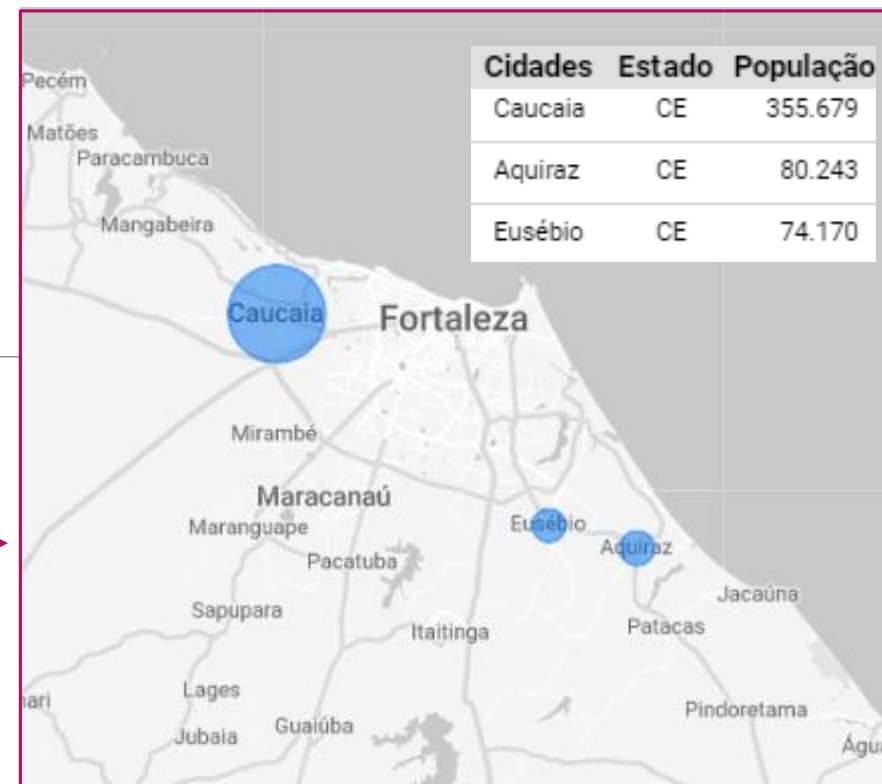
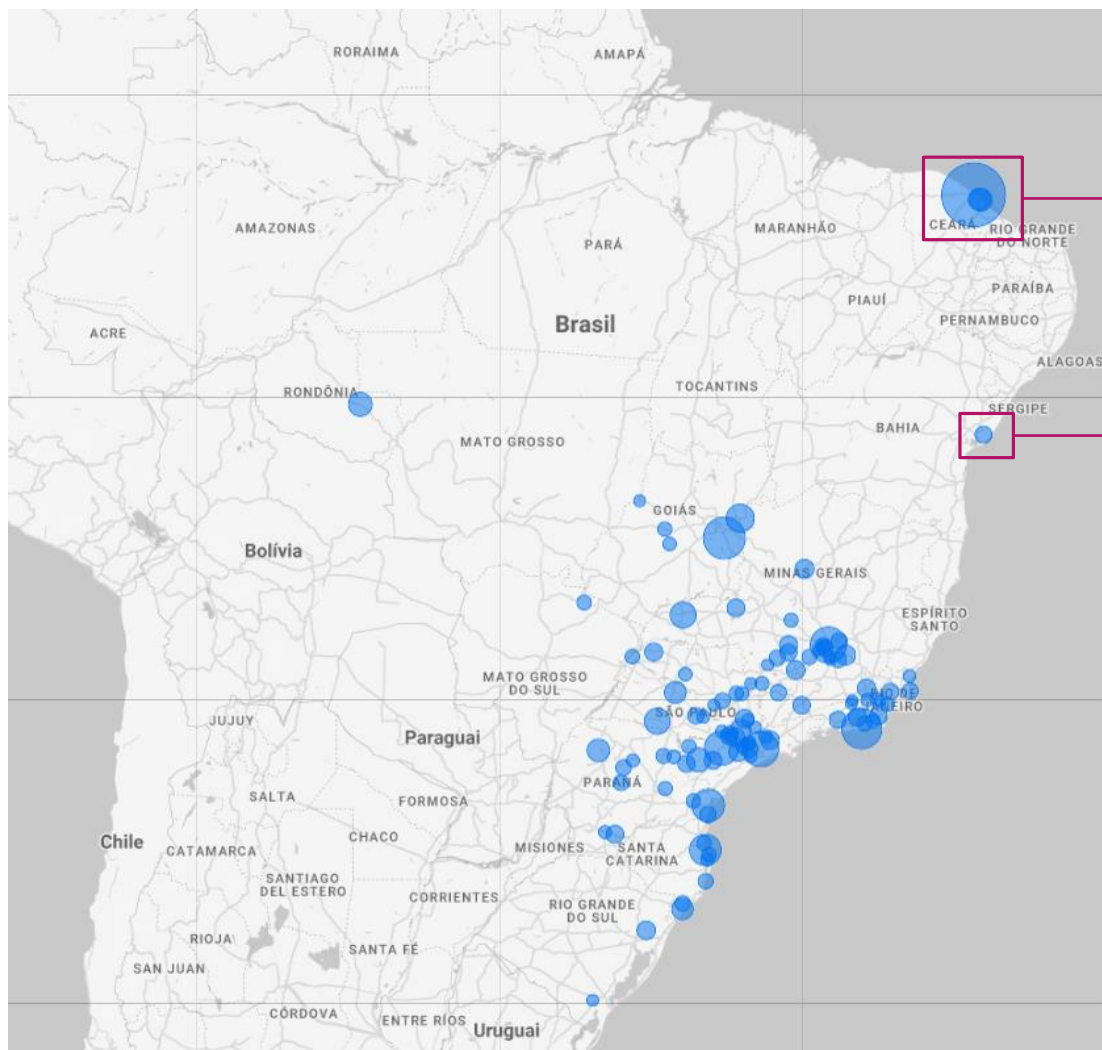
Planilha completa: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1FFgkyuQEeYYBgk5kWC1P9HKZzIECBS4H/edit#gid=647725414>

Visualizações e mapas: <https://lookerstudio.google.com/reporting/3c67c9cd-2450-4963-aab1-0251b4fdc75f/page/VWUpD>

concentração no Sudeste



casos no Nordeste

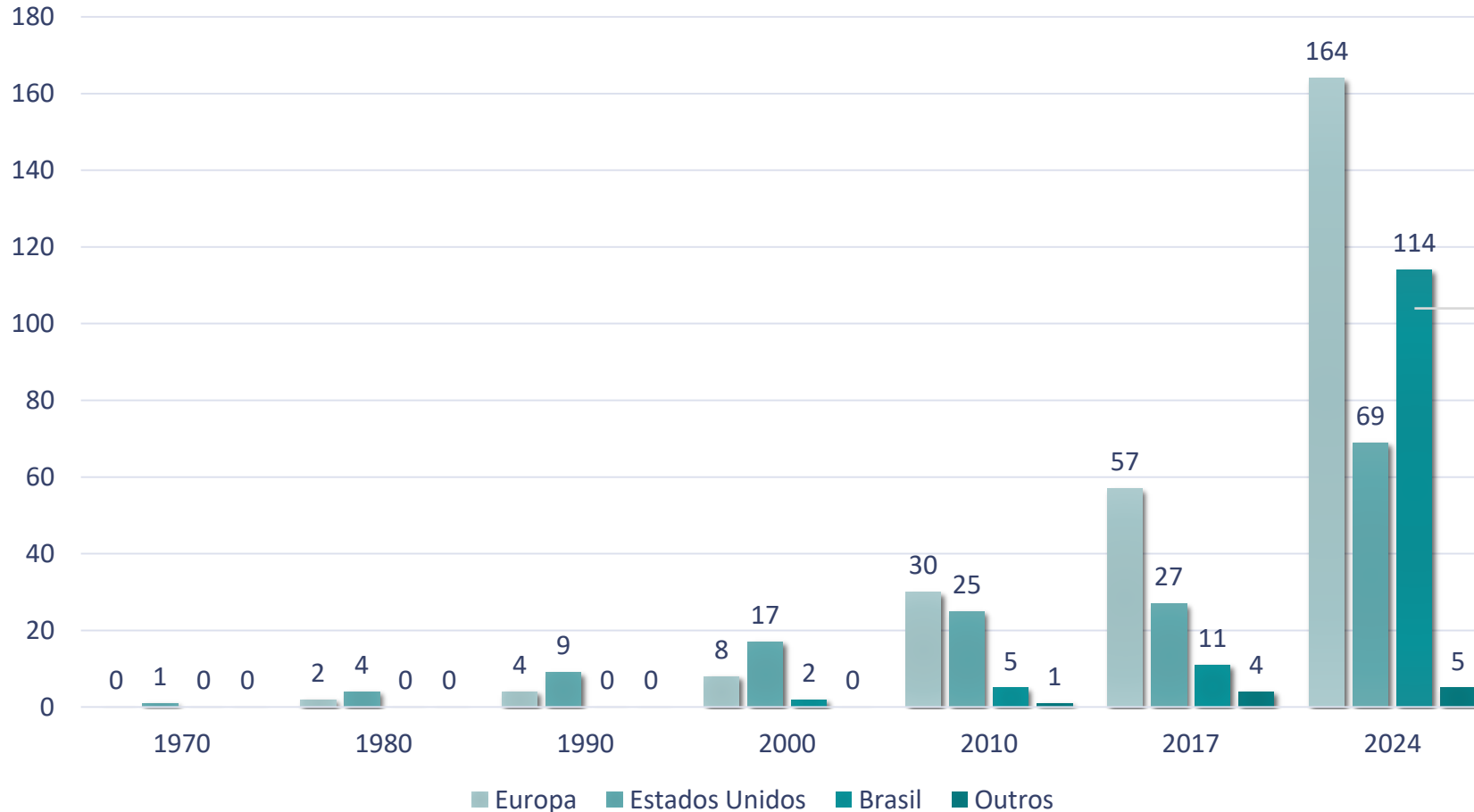


cenário internacional

principais países

casos identificados

Brasil	114
Estados Unidos	69
Polônia	64
França	43
Espanha	9



O Brasil é hoje o país com o maior número de cidades com Tarifa Zero universal no planeta

Princípios e sugestões para reverter a crise

Base legal e justificativa

Constituição Federal prevê como direitos fundamentais o direito à **livre locomoção** (artigo 5º) e o **direito ao transporte** (artigo 6º). Transporte deve ser garantido, assim como saúde, educação e segurança.

Serviço é de **necessidade pública**: sem ônibus, cidade não funciona.
Estrutura viária não comportaria tantos carros.

Princípios e propostas

Alterar a fórmula de remuneração

1. **A questão do custo é central.** Operadores devem ser remunerados pelo custo real e não pelo número de passageiros transportados.
2. **Subsídios são bem-vindos.** Sistemas que não dependem (total ou parcialmente) da tarifa funcionam melhor. Simples assim.
3. A prefeitura precisa **controlar e acompanhar os custos**, condicionando repasses a critérios de qualidade claros e objetivos.



Princípios e propostas

Gestão de dados e informações

4. Atuar com transparência, disponibilizando dados para controle e fiscalização do serviço e dos recursos

5. Soberania digital. O ideal é tentar trabalhar com tecnologias livres e abertas, e ter cuidado com plataformas proprietárias. Soluções fáceis podem criar situações de dependência.



Princípios e propostas

Controlar a gestão do transporte

6. Manter controle. Operadoras não podem dominar as infraestruturas, como garagens e bilhetagem.

7. Propor ou organizar a legislação existente.

Todas as cidades com mais de 20 mil habitantes têm até 12 de abril de 2025 para apresentar Plano de Mobilidade Urbana, com exceção das que tem mais de 250 mil habitantes, que deveriam ter apresentado em abril de 2024.

7. Planos e iniciativas devem estar alinhados à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587/2012).



Referência: A estrutura de poder no trânsito

<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/10/a-estrutura-de-poder-do-transito-web-1.pdf>

Princípios e propostas

Considerar desigualdades e diversidade no planejamento

8. Procurar trabalhar com uma **perspectiva interseccional**, que considere não apenas classe social, mas também desigualdades de raça e gênero.

9. **Criar sistemas acessíveis.** Fortalecer e pensar em redes para atender bem pessoas de todas as idades e quem tem qualquer deficiência.

10. Conectar, integrar e estimular **modais ativos**. Que tal pensar em **bicicletas Tarifa Zero**?



Referência: Transporte Público Tarifa Zero em Maricá (RJ)

<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2024/05/ULTIMO-BLOCO-presidente-da-EPT-Celso-Haddad.pdf>

O SUS dos Transportes: a construção de um Sistema Único de Mobilidade

Sistema Único de Mobilidade

PEC do SUM - PEC nº 25/2023 apresentada pela Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL-SP)

Construção coletiva - participaram e assinam manifesto 37 organizações e 105 pessoas

Inspiração - SUS (Sistema Único de Saúde) e o SUAS Sistema Único de Assistência Social)

Objetivos

- Promover a inclusão social, a acessibilidade universal, a equidade no acesso a oportunidades e a redução das desigualdades
- Ampliar a porcentagem de viagens realizadas por transporte ativo e transporte público coletivo e reduzir transporte motorizado individual.
- Garantir a prestação dos serviços de transporte com qualidade, confiabilidade e disponibilidade.



ALGUMAS PROPOSTAS

- **Fundo Nacional** de Mobilidade Urbana (FNMU);
- Conselho Nacional de Mobilidade e a Conferência Nacional de Mobilidade, ambos com **participação popular**;
- Produção de dados de qualidade na mobilidade urbana (um **DATASUM**, nos moldes do DATASUS)
- **Controle público** sobre dados de posicionamento via Sistema de Posicionamento Global (GPS), Especificação Geral de Feeds de Transporte Público (GTFS), bilhetagem eletrônica e uso de outras tecnologias para monitorar, fiscalizar e avaliar o transporte.
- Promoção **da transição energética justa**, incentivando e adotando inovações tecnológicas regulares para transição para uma frota limpa, com fiscalização da emissão de poluentes, para que o país possa cumprir os compromissos climáticos já acordados.

MOBILIDADE É DIREITO E GERA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Manifesto por um Sistema Único da Mobilidade Urbana para combater as desigualdades, a crise climática e garantir o direito à cidade

muito obrigado

Daniel Santini

Fundação Rosa Luxemburgo

Mestre e doutorando na FAU-USP

daniel.santini@rosalux.org
